

ATA DA REUNIÃO DE 22/02/2019

**CÂMARA MUNICIPAL
DO
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 4/2019 da reunião ordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, iniciada às 14:30 horas e concluída às 17:30.

ORDEM DO DIA
REUNIÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

1 – APROVAÇÃO DAS ATAS N.ºS 2 E 3 DE 25 DE JANEIRO E 8 DE FEVEREIRO DE 2019.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21;
- b) Aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Orca;
- c) Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha;
- d) Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2018/2019;
- e) Aprovação das normas de participação do Concurso “Tradições da Beira Interior na Moda – Renda das Lérias.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 61/19;
- b) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 62/19
- c) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 63/19;
- d) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 64/19;
- e) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 65/19;
- f) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 66/19;
- g) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 67/19;
- h) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 68/19;
- i) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 69/19;
- j) Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 70/19;
- k) Ricardo Luís Gomes Pereira – construção de moradia unifamiliar;
- l) Helena Maria Amaral de Brito – legalização de obras em edificação agrícola e casa para eletrobomba;
- m) Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar;
- n) João Salgueiro Pereira – alteração de edifício destinado a habitação coletiva, comércio ou serviços;
- o) Manuel Frade Lopes – legalização de arrumos;

- p) VODAFONE Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. – passagem de cabos em infraestruturas subterrâneas pré-existentes;
- q) Paulo Jorge Gil Castanheira – construção de muro de vedação;
- r) Herdeiros da herança indivisa de Emília Afonso Botão – vistoria prévia a edifício em estado de degradação;
- s) João António de Sousa Pires Barroqueiro – edifício em mau estado de conservação;
- t) 5.^a Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão;
- u) Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – Relatório de Ponderação do Período de Participação Preventiva.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Declaração Conjunta – Conselho para as Migrações – 70.^o Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humano e dos 40 Anos da Ratificação de Portugal da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, por ocasião do dia 18 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas Migrantes;
- b) Assembleia Municipal do Fundão – Criação de Grupo de Trabalho Sobre a Serra de Argemela;
- c) Balancete do dia 19 de fevereiro de 2019.

ATA N.º 4/2019

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dr.^a Maria Isabel Carvalho Campos.

1 – APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 2 E 3

Foram apresentadas à Câmara as atas das reuniões ordinárias realizadas no dia vinte e cinco de janeiro e oito de fevereiro do corrente ano, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Os Senhores Vereadores, Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes, solicitaram ao Senhor Presidente que adiasse a votação das mesmas para a próxima reunião de câmara, por não ter sido possível lê-las em tempo útil.

O Senhor Presidente aceitou o pedido dos Senhores Vereadores.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção, dando conta da realização, nos dias 22 e 23 de Fevereiro, n' A Moagem e Quinta Pedagógica, no Fundão, das primeiras "Jornadas de Inovação e Valorização das Raças Autóctones" organizadas pelo Município do Fundão, Direção Geral de Alimentação e Veterinária, d' Alpetratínia, Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Instituto Politécnico da Guarda, Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa e Clube Português de Canicultura, com o objetivo de promoção e divulgação das raças autóctones da região.

Disse que tinha aproveitado a presença de um membro do governo para "trocar algumas impressões sobre a descentralização de competências relativamente à saúde animal". Neste seguimento, disse que já tinha solicitado ao Veterinário Municipal um pequeno memorando, e que tinha chegado à conclusão que é praticamente impossível os municípios se prepararem e capacitarem em tão pouco tempo para o rol enorme de competências que estão no Decreto que centraliza muito do que era feito ao nível da Direção Geral de Veterinária nas suas estruturas de proximidade. "São muitíssimas competências para além das que já tem o Veterinário do Município, que é só um, e não está descrito se vai haver ou não passagem das estruturas existentes ou parte delas, para os próprios municípios. Relativamente a esta competência, por incapacidade de adaptação em tão curto espaço de tempo, não é possível nós assumirmos já este ano essa competência, porque não estão reunidas as condições de capacitação da própria câmara para conseguir resolver todas as áreas previstas".

Prosseguindo a sua intervenção, e ainda sobre a descentralização de competências, disse que no caso "da saúde ainda não estão reunidas as condições necessárias, para este ano, fazer-nos já essa transição, e na educação estamos a estudar a proposta, talvez no processo dos 30 dias possa haver algo que se resolva".

Prosseguido, e relativamente aos rankings das escolas disse que era bom mas que era preciso "sempre ter muito cuidado, porque estas questões podem ser variáveis de um ano para o outro, há muitos imponderáveis que podem alterar o resultado do exame, mas acho que o mais importante aqui, é que de uma forma geral, algumas das escolas públicas do nosso Distrito

aparecem bem classificadas, não é transversal a todo o Distrito mas é bom. Também valorizamos a escola pública ao nível do secundário no meio rural, e no final estamos a valorizar todo o processo educativo que culmina eventualmente no último ano com estes exames. No meio rural os processos são um pouco mais difíceis, têm outras circunstâncias, nomeadamente a questão das distâncias, a troca de escolas, e acho que é bom dizer que a escola pública em territórios rurais preenche bem os seus objetivos, e ficamos obviamente satisfeitos quando isto acontece, como os projetos vencedores na mostra nacional da 15ª edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho, “Ciência na Escola” pelos Agrupamentos de Escolas do Fundão, da Gardunha e Xisto”.

Voltou a referir que “isto dos rankings é preciso ter muito cuidado, porque tal como nós dizemos que na escola rural é mais difícil, também gostava de dizer que provavelmente nalgumas escolas públicas urbanas será extraordinariamente mais difícil sobretudo, até nas grandes cidades, por isso é preciso às vezes relativizarmos porque os resultados de uma turma problemática de um bairro problemático de uma grande cidade podem ser tão ou mais meritórios do que eventualmente às vezes noutros quadros, não tirando qualquer mérito do que é o trabalho dos professores, dos alunos, dos pais e de toda a comunidade escolar, que obviamente ao longo dos anos podem tornar mais fácil este tipo de situações”.

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente felicitou a jogadora de futsal, Rute Duarte, do Grupo Desportivo de Valverde pela sua participação na seleção nacional de futsal feminino no Campeonato Europeu, que se realizou na cidade de Gondomar. Deixou também uma palavra de felicidade e satisfação ao trabalho positivo e motivador, desenvolvido pelo Grupo Desportivo de Valverde.

Prosseguindo, deu também conhecimento, que no seguimento do Plano Intermunicipal para a Igualdade, tinha sido assinado no dia 15 de fevereiro no Salão Nobre da Câmara Municipal da Covilhã, o novo Protocolo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, que pretende dar continuidade e reforçar a ação da rede Violência Zero, a cargo da CooLabora, nos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão.

Continuando, e no seguimento da presença no Fundão, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, para inauguração de diversos espaços, nomeadamente do Gabinete para a Igualdade e Apoio à Vítima, no Casino Fundanense, do novo Balcão Único Municipal, situado no edifício da Câmara Municipal do Fundão, do Espaço Empresa, no Centro de Negócios e Serviços do Fundão e do Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural, no Seminário do Fundão, que contou igualmente com a presença da

Secretária de Estado da Cidadania e da Igualdade, Rosa Monteiro, o Senhor Presidente aproveitou para deixar uma mensagem de boa sorte para as suas novas funções, a de deputada europeia, e que muito provavelmente teve no Fundão um dos seus últimos atos públicos enquanto Ministra da Presidência. Disse que “Portugal fica seguramente muito bem representado porque é uma das figuras do governo, disse em público e volto a referir em reunião de câmara, uma das figuras que aprendi a respeitar, por aquilo que é o mérito e a capacidade de trabalho e de articulação, de pôr umas quantas estruturas a trabalhar na mesma linha, e vai deixar de facto uma marca por muitíssimos anos no que é o processo da modernização administrativa. Não tenho qualquer tipo de dúvida sobre isto, e não fosse a pessoa do simplex, creio que foi muito para além do que era só um programa, ela foi de facto uma pessoa que marca mesmo aquilo que é esta questão da inovação e modernização da administração pública e até da política pública de uma forma um pouco mais abrangente”.

O Senhor Presidente deu ainda os parabéns ao Senhor Vice-presidente “que esteve a comandar todo o trabalho de renovação do espaço do Balcão Único Municipal e também à Diretora do Departamento Financeiro, que está de facto muito bonito e muito agradável, assim como e espaço empresa que reúne as condições e valências para ser um espaço referencial para todos aqueles que queiram investir no concelho do Fundão”.

Deu ainda conhecimento de uma reunião no dia 18 de fevereiro na Escola Secundária do Fundão, a segunda da Comissão de Acompanhamento das Obras do Complexo Escolar do Fundão, que contou com a presença da Delegada Regional de Educação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente deu ainda conta da realização de mais uma sessão do Clube de Leitura da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade, no dia 19 de fevereiro, que contou com a participação de Richard Zimler. Disse que este Clube de Leitura realiza-se todos os meses, e pretende ser um espaço de partilha de emoções, partilhando com os outros leitores um livro de que se gostou, e que esta sessão tinha sido bastante interessante e muito dinâmica porque os leitores colocaram questões diretas ao escritor.

Referiu-se à conferência "Todo o mundo é feito de mudança - a paisagem", protagonizada pelo geógrafo Álvaro Domingues, a ter lugar no dia 23 de fevereiro, no auditório do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, no Fundão, onde estarão em debate muitas questões no âmbito do ordenamento e planeamento e os significados da paisagem na sociedade contemporânea, as transfigurações dos sentidos e das relações entre a paisagem e a comunidade.

Por último, o Senhor Presidente referiu-se à descoberta de gravuras rupestres na encosta Norte da Serra da Gardunha. Disse que era um grande acontecimento para o património arqueológico do Fundão e uma oportunidade para reforçar a Gardunha na geografia das serras tal como o Poço do Caldeirão o significou para o Rio Zêzere. Disse que já tinha sido estabelecido contacto com o Museu do Côa, no âmbito das parcerias que já existem, para reforçar o seu estudo e proteção das mesmas, e que estão também reunidas as condições para integrarem a Rede de Arte Rupestre na Região Centro, a partir do Centro Interpretativo da Barroca (Poço do Caldeirão) para a valorização destes ativos importantíssimos patrimoniais e colocá-los ao serviço da educação, da cultura, do turismo e da investigação, porque só assim poderá tirar-se o máximo partido relativamente a esta questão.

O Senhor Presidente referiu ainda a visita da Presidente do Centro Ciência Viva, no dia 14 de fevereiro, ao Fundão, para lançar um novo programa, a criação de uma rede de Quintas Ciência Viva no concelho, ou seja, espaços públicos com uma missão centrada na educação, promoção da cultura científica e valorização dos recursos locais. Disse que no caso do Fundão, a temática está muito associada à componente da cereja e que nos próximos meses será apresentado o resultado da interação relativamente a Alcongosta e à própria Casa da Cereja. “Queremos que integre a rede de espaços ciência viva através deste programa das Quintas Ciência Viva, e já tivemos reuniões por causa dos conteúdos para o desenvolvimento de algo que transmita muito conhecimento, e que muitas vezes não estava tão valorizado, que são os conhecimentos ligados às ciências da terra na parte agrícola, e procurar-se que haja uma rede nacional destes espaços, e para nós é importante que o Fundão estivesse conectado com o quadro da cereja que vai ser o nosso ponto de conexão e integração nessa rede”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Cumprimentou todos os presentes.

Subscreveu o voto de louvor ao Grupo Desportivo de Valverde, particularmente à atleta Rute Duarte pelo desempenho na seleção nacional de futsal feminino, em que Portugal obteve o lugar de Vice-campeão europeu. Destacou também o que tem sido o desempenho, nos últimos anos, do Grupo Desportivo de Valverde, e que em 2018 subiu à primeira divisão. “É portanto uma questão de mérito também para o Grupo Desportivo de Valverde pela sua participação na seleção nacional de futsal feminino no Campeonato Europeu”.

Prosseguindo, deu conta que no âmbito da Nauticampo 2019, a decorrer de 20 a 24 de fevereiro, na FIL, irá ser apresentado um novo produto turístico e desportivo do concelho do Fundão, documento relacionado com o Rio Zêzere, “Descida do Zêzere – Riverbook” e que visa a

promoção de um troço navegável deste rio do ponto de vista da modalidade da canoagem. Disse que estão a ser melhoradas as condições nas imediações do rio para que possam ser utilizadas sobretudo durante a primavera e o verão. “É uma parceria que estabelecemos com a Associação de Clubes de Canoagem da Beira Baixa e que compilamos esse documento e que estará em apresentação e mostra ao País, sobretudo aos operadores nesta área desportiva”.

Referiu-se também ao evento que irá decorrer nos dias 23 e 24 de fevereiro, nos concelhos de Fundão e da Pampilhosa da Serra, o “Geotour Aldeias do Xisto 2019”. Prova que contará com mais de 300 participantes, com “grandes atletas também de nível nacional. É claramente um dos melhores produtos desportivos que o Fundão tem para oferecer, e portanto acompanharemos de perto esta prova dando todo o apoio estabelecido”.

Continuando, disse: “no seguimento da intervenção do Senhor Presidente, do melhor do governo, passaríamos porventura ao pior que temos ouvido nos últimos tempos. Queria deixar aqui uma nota de repúdio por aquilo que foram as intervenções do Secretário de Estado da Energia, João Galamba, quando apelou, no seguimento de um conjunto de investimentos que estavam a ser realizados no interior, em particular no concelho da Guarda ligados à energia e ao gás, que os guardenses consumissem mais para justificar os investimentos que estavam a ser feitos. Acho que são declarações profundamente humilhantes para a nossa região, e que em nada contribuem para combater as desigualdades regionais que temos, sobretudo aquelas que até são mais do foro do posicionamento e da atitude da governação, e por isso acho que a nossa região merece um pedido de desculpas. Nós não temos nada que dizer se o Senhor Secretário de Estado agradece à divindade ou agradece ao próprio governo quando liga a luz do seu gabinete em Lisboa, mas consideramos que são afirmações humilhantes para uma região que é desigual a outras regiões do nosso País, e que sofre exatamente aquilo que tem sido o desinvestimento nesta região nos últimos anos, e por outro lado, contraria até a posição do próprio Ministro do Ambiente que apelou para todos aqueles que quisessem consumir menos energia, que reduzissem a potência dos contadores, e portanto julgo que é devida uma reparação do governo relativamente aquilo que foram essas declarações e àquilo que é sobretudo o esforço que as populações desta região fazem para tentarem igualar outras regiões e não se considerarem obviamente atrás”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira.

Referiu-se às primeiras “Jornadas de Inovação e Valorização das Raças Autóctones” a decorrerem n’A Moagem - Cidade do Engenho e das Artes, evento que antecipa a décima edição da Exposição Canina Nacional do Fundão, a ter lugar nos dias 2 e 3 de março, no Pavilhão

Multiusos, e ao lançamento de um livro infantil “O Livro das Raças” na Quinta Pedagógica do Fundão, e que contou com a presença de cerca de 400 crianças.

Referiu-se igualmente às comemorações do 12.º aniversário do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, no dia 25 de fevereiro, assinalado com um conjunto de atividades dentro do espaço do Museu e também na Rua da Cale e no Café Aliança, no Fundão.

A Senhora Vereadora deu ainda conta do programa “Carnaval 2019”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção sobre a questão do comentário do representante do governo. Disse que “o comentário é muito infeliz, temos que o reconhecer, no entanto, alerta para uma questão que consideramos relevante, a de valorizar o investimento que é feito no interior. Muitas das vezes nós fazemos alguns investimentos, ainda há pouco tempo estivemos a discutir aqui alguns, que não trazem o retorno, não só do ponto de vista financeiro, como também noutros âmbitos, a nível social. Reconhecemos o lapso, mas convém centrar as questões no essencial”.

Prosseguindo, e relativamente aos rankings das escolas disse o seguinte: “ficámos muito contentes, extremamente orgulhosos, porque a escola Serra da Gardunha tem uma média positiva de 3.4, é a terceira no Distrito, a escola Secundária do Fundão tem 11.96, dos melhores resultados a nível nacional, e que tem que ser valorizado. Sabemos que vale o que vale, podemos melhorar as coisas de ano para ano, no entanto, a forma como os rankings foram apresentados este ano é muito interessante e permite-nos fazer alguma leitura que evita, ou pelo menos minimiza, algum enviesamento. Os resultados dos alunos do Fundão são extraordinários se tivermos em conta que 45% desses alunos têm apoio social, isto é um indicador da nossa realidade socioeconómica, estamos a falar do básico, e a nível do secundário 34%. Se compararmos isto com os restantes concelhos do Distrito se calhar valorizamos muito, muito mesmo os resultados dos nossos alunos e depois os mesmos resultados da forma como são apresentados, colocam uma instituição privada do concelho nos piores resultados, tem uma média no ensino básico de 2.69 e só 33% dos alunos é que tiraram positiva a português e a matemática, a nível de secundário a média é de 8.62. Podemos abordar, refletir, alertar para a interioridade, mas há mais escolas do concelho que também estão no interior e que tiveram resultados bem acima. Portanto, isto leva-nos a refletir se valerá a pena defender o ensino privado no nosso concelho nos moldes atuais quando existe uma oferta pública de qualidade. Depois um aspeto que é lá refletido tem a ver com a taxa de retenção. Ano 2016/2017. Na taxa de retenção constatamos que 1 em cada 4 alunos na escola Serra da Gardunha que teve

excelentes resultados, reafirmo 1 em cada 4 reprovou, ano de transição 7º ano, ensino secundário, 1 em cada 5 alunos da escola secundária reprovou, portanto a taxa de retenção nos primeiros anos de mudança de ciclo e em muitos casos mudança de estabelecimentos é elevadíssima, das mais elevadas do nosso Distrito. Aqui, leva-nos a pensar, se não existe uma lacuna na política educativa para jovens entre os 12 e os 16 anos, e basta pensar que as aulas terminam em meados de junho, e até meados de setembro eles não têm atividades, e pegando nos dados e que aponto que grande parte é carenciado, não será importante a autarquia, e tem espaço e recursos para isto, promover *workshops*, campos de férias direcionados para os programas e para aprendizagens não formais. É uma questão que levantamos, esta medida até pode ter alguns custos, mas por exemplo, a autarquia recentemente fez um ajuste direto com uma empresa para a implementação experimental da Caderneta Educativa Digital, reconheço, não sei como é que funciona, mas estamos a falar de um investimento de 50 mil euros. Acredito que tenha algum interesse, acredito que valha a pena, mas são 50 mil euros, e se fizermos uma iniciativa do género que estou a apelar e a sugerir, se calhar o impacto nalguns alunos, seria muito interessante a médio e longo prazo”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os presentes.

Disse que era unanime o sentimento de felicidade do executivo pelos resultados da atleta Rute Duarte, posição já anteriormente assumida pelos Senhores Vereadores da oposição.

Seguidamente, questionou sobre o funcionamento das bocas-de-incêndio em Vale de Prazeres, se existem, se estão a funcionar ou não, e neste caso, para quando se prevê o seu funcionamento, na medida em que é uma zona de risco, e se não estão a funcionar, é uma questão de responsabilidade da Proteção Civil.

Usou da palavra o Senhor Presidente.

Disse que o Senhor Secretário de Estado da Energia tinha referido que estaria para muito breve o despacho favorável relativamente ao investimento da nova central elétrica, para que a REN possa dar andamento ao processo, e que também tinha dito que “era uma questão muito relevante para a atração e manutenção de investimento na nossa região e que vai ajudar muito a qualidade, sobretudo para estruturas empresariais e industriais, e melhorar muito a qualidade e quantidade da energia disponível. Esta questão foi colocada, e há de facto essa questão, que a ser literal, aquilo que o Senhor Secretário de Estado diz é obviamente um lapso que de facto não se enquadra obviamente naquilo que é a coesão do País. Esta informação tinham também que a transmitir até porque já a tinha referenciado num meio de comunicação social”.

Prosseguindo a sua intervenção, referiu uma outra questão ainda relacionada com os dados dos rankings das escolas.

“É importante referir, que quando fizemos os planos de combate ao insucesso escolar e as ações piloto que estão conectadas com o programa do Plano da CIM, houve algumas coisas que obviamente nos chamaram logo à atenção. Se olharmos para a região, o nosso problema não estava na retenção, e se fossemos a olhar para alguns indicadores de outras regiões do País em termos de CIMS, nós não estamos assim tão longe de outros indicadores do ponto de vista do quadro da retenção. Temos números ligeiramente piores que outros, mas não creio que seja aqui o indicador da região, que na altura nos chamou mais à vista quando foram feitos estes trabalhos, há sensivelmente 3/4 anos em que estruturou as candidaturas do combate ao insucesso escolar também quando fizemos o projeto educativo local, que são dados que tiveram como base sensivelmente 4/5 anos. Eu creio que a questão da problemática associada ao desempenho do ponto de vista das notas é uma questão relevante, porque nós aí apercebíamos-nos que tínhamos em média na região, por exemplo notas que muitas vezes eram inferiores nalgumas disciplinas nucleares a outras médias de outras regiões, havia de facto alguma diferenciação, claro que os dados são sempre mais interessantes quando chegamos ao 12º ano, porque como sabem houve aqui alguma descontinuidade que é difícil agora fazer comparações por causa dos exames finais que também foram alterados. Por isso, não é fácil hoje comparar aquilo que possam ser desempenhos dos anos de transição com aquilo que acontecia há uns anos atrás, porque, obviamente, houve aqui algumas alterações dos modelos dos exames, e como tal essas questões são difíceis de comparar, mas na altura, os dados que chamavam muito mais à atenção tinham muito a ver com as notas dos exames nacionais porque havia de facto algumas questões que não estavam efetivamente dentro do que era a norma da região centro. A região centro de uma forma geral tem uns resultados muito interessantes em termos nacionais, mas de facto o problema da região centro é a assimetria entre as NUTS do litoral e as NUTS do interior, porque se formos depois ver os dados da região centro eles são muito interessantes em termos médios, têm de facto resultados muito interessantes. Esta questão das notas são sempre indicadores muito objetivos que teremos mesmo que tê-los como um indicador, e de forma nenhuma, quis desvalorizá-los, quis foi de facto chamar a atenção para algo que o Senhor Vereador acabou também por referenciar, que é preciso olhar um pouco mais para o todo, e para as questões dos indicadores não podemos obviamente só ficar, por exemplo na questão das notas, e até referenciei o que é muito relevante que é olharmos para toda a cadeia de educação ao longo dos anos e nos diferentes níveis de ensino. O que acho mais importante, é que de facto,

num contexto rural, as características socioeconómicas das famílias geralmente podem ter rendimentos tendencialmente mais baixos do que em contextos mais urbanos, de uma forma geral na nossa região, isso acontece muito, os municípios com características mais rurais e agrícolas, geralmente têm rendimentos *per capita* mais baixo do que outros municípios que tenham uma componente mais focada na área, por exemplo dos serviços, como é óbvio é uma tendência que acontece, e para além da dispersão e do problema das famílias dos miúdos, muitos deles fazerem horas e horas por semana para poderem chegar à escola, também é relevante, como devem calcular, e acho que estas, são questões ponderáveis na valorização, mais ainda que o mérito. A questão da retenção é muito importante, temos uma ambição muito grande em termos dos indicadores que queremos para a retenção, são indicadores que pretendemos que Portugal se aproxime dos 10/11% relativamente àquilo que é a parte da retenção, ou seja, baixarmos o quadro de retenção para este indicador. É preciso termos de facto muito cuidado com regiões onde temos questões muito concretas, trabalhar com algumas comunidades que têm etnias conhecidas, é preciso de facto perspetivar e assumir que os projetos educativos têm que obviamente ter a suficiente maleabilidade sem perder obviamente aquilo que é o seu fator importante, a escola pública, que é igualdade de oportunidade para todos, o que não significa também que não olhemos para as particularidades do ponto de partida de cada um dos seus agregados familiares ou até às vezes do seu contexto sócio cultural que marca muito os destinos e os desígnios na área da educação. Sobre o quadro de retenção tenho uma duvida, se relativamente aos valores globais da retenção que é ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória, creio que são dados muito inferiores aos que referiu porque a retenção lê-se no conjunto do quadro dos anos, e creio eu que é bastante diferente daquilo que está a referir, a leitura do dado estatístico para a normalização estatística, porque se vamos só aos anos quando há transição, provavelmente a média nacional não é a mesma que está a ler nos indicadores agregados. Não tenho certezas mas tenho duvidas sobre isso, e creio que a estatística tem que se ler ao longo dos 12 anos, e aí é que pode ter o dado que é comparável com outros, e não só separar os anos de transição, porque a estatística lê-se ao longo dos anos. O nosso objetivo é chegar aos 10% em termos nacionais, parece-me demasiado diferente em termos de valores, salvaguardando esta questão, obviamente que o esforço que o País contratualizou no âmbito dos investimentos comunitários contratualizamos que iríamos baixar brutalmente a taxa de retenção. Tem que haver um equilíbrio daquilo que é a exigência do próprio sistema aquilo que é a sua exigência e aquilo que obviamente os programas possam melhorar e diminuir a componente do combate ao insucesso escolar”.

Prosseguindo, e relativamente aos campos de férias, disse que de facto o município tem vários campos de férias, alguns deles muito mediáticos. “Quando falamos de campos de férias tecnológicos são mediáticos a nível nacional, mas para além destes, temos muitos campos que até têm perfis de programas para famílias com mais dificuldades, temos programas com parceiros que ajudam a fomentar, nomeadamente o “Programa Escolhas”, “férias com pinta” somos um município que procura programas de apoio, temos programas de apoio de estudo assistido “tele estudo” que pode chegar a acerca de 50 jovens sobretudo dos meios rurais, começamos a introduzir as equipas multidisciplinares da CIM a trabalhar com os agrupamentos, alguns projetos-piloto integrados no programa de insucesso escolar, nomeadamente a “caderneta eletrónica” que facilita a relação entre os pais e alunos, temos a parte da gamificação que são abordagens diferentes que trazemos para estes conteúdos, temos o projeto da educação nas escolas primárias com uma plataforma disponibilizada em todas as escolas do 1º ciclo do País, o projeto das Academias de Código júnior, são projetos que se desenvolveram nos últimos anos, temos alguns projetos-piloto na área da educação que demoram o seu tempo a serem desenvolvidos e é importante continuarmos a desenvolver projetos-piloto em conexão com a comunidade e a escola, inovação, a defesa da escola rural, é uma área onde temos uma visão integrada logo os contributos são todos bem-vindos, e a área de educação do município é das áreas de atuação mais multifacetada”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, e dirigindo-se ao Senhor Presidente referiu o seguinte: “Depois de ter corrido todos os programa que tem, dentro daquilo que é o período do ano letivo dos alunos, aquilo que o meu colega perguntou, foi no período de junho a setembro, portanto, fora do ano letivo. Vou ter que me remeter à minha intervenção, de uma ata de 27 de julho de 2018, em que eu fiz uma intervenção sobre a questão precisa do ATL, querendo eu dizer na altura, que percebi, que o município durante este tempo não tinha uma oferta. Esta era a perceção que nós tínhamos sobre o assunto, portanto, do período de junho a setembro não havia oferta. Aproveitei para sugerir que usássemos todas as casas temáticas, todo o património, pôr os miúdos ligados à comunidade, e a verdade, é que me foi dito em resposta, que vou passar a citar, que me foi dada pelo Senhor Vice-presidente “prosseguindo a sua intervenção, e relativamente à questão dos tempos livres, disse que era um tema muito importante para este executivo que tem procurado complementar a oferta dos tempos livres”, elencou aqui o Early Music Summer Camp, “e outros campos de férias, mas também tem havido o princípio da não concorrência com as entidades que têm estes tempos livres, em que o município não está a organizar de forma concorrente com as entidades que

existem no Concelho do Fundão programas específicos, mas que tem sempre uma atenção a todas as famílias carenciadas.” Questionado em concreto a resposta foi andam por aí. Ora ficamos em que ponto de situação”.

Respondendo, o Senhor Presidente referiu o seguinte: “não me pareceu, que na componente dos campos de férias, uma IPSS que o possa fazer, ou uma Misericórdia que o possa desenvolver, ou uma Associação Cultural e Desportiva que o possa fazer, ou uma Junta de Freguesia que o possa fazer, não me pareceu que a questão fosse essa, porque se for essa, estamos em campos não convergíveis, no sentido de que eu acho que o importante nestas questões é termos uma rede entre entidades públicas e entidades privadas, muitas delas são entidades sem fins lucrativos, e por sua vez muitas delas têm programas onde o próprio município também é parte do ponto de vista, até de financiamento. Veja só o exemplo do Programa Escolhas, mas há outros programas que têm apoio públicos que são dados a entidades de natureza privada para desenvolverem exatamente algumas das vertentes que acabo de referir. Acho que num município como o nosso, estas entidades são muitíssimo relevantes naquilo que possa ser o complemento, se quisermos do apoio à família ou as dinâmicas de redução de riscos para crianças e jovens, sobretudo nos períodos não letivos e até mesmo dentro dos períodos letivos, porque nós sabemos que uma parte dos serviços associados à educação fora do espaço escola muitas vezes também são estas entidades que entram na questão dos ATLS que aqui foi referido. Há as questões dos ATLS, há as questões dos campos de férias, que não são necessariamente uma valência formal de ATL, mas há uma questão que os próprios ATL, que são valências oficiais, alguns deles também têm períodos de férias, e é preciso complementar esta questão que vinha dos tais espaços de oferta da dita sociedade civil, que quando se organiza para dar resposta onde por vezes o estado não chega diretamente, acho muito importante”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Disse, sobre a declaração da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento “há pouco perguntava se era legítima a intervenção que estava a fazer, e eu acho que ela não só é legítima, como é feliz, porque ela sublinha aquilo que eu referi em julho do ano passado, e que eu reafirmo na totalidade em 2019, porque o princípio da câmara mantém-se exatamente o mesmo. Nós procuraremos nunca esmagar aquilo que é a iniciativa privada, se pudermos ser parceiros, somos parceiros, aquilo que nos preocupa é a resposta, e aquilo que a Senhora Vereadora estava preocupada, era em criar programas para ter resposta, acabou por evidenciar o conjunto de programas que existem de resposta na comunidade do Fundão”.

Sobre a questão das bocas-de-incêndio, o Senhor Vice-presidente disse que existem algumas que estão a funcionar e outras que estão desativadas como acontece em muitas freguesias deste concelho, o que é um procedimento adequado quando já não estão capazes de dar resposta. “Presumo que a pergunta seja dirigida especificamente à localidade de Vale de Prazeres. Nós temos duas captações de água de nascente e não se pode sequer imaginar que um fogo possa ser combatido através daquilo que é o fornecimento de água de uma captação, porque a descarga que é utilizada no combate aos incêndios é muito superior àquilo que é a captação para encher os tanques, e por isso nós temos duas outras que não estão em utilização, que são reforço na captação e que servem também os bombeiros, e depois há um conjunto de charcas identificadas, também outros pontos de captação, designadamente nas imediações de Alpedrinha, mas basta ver aquilo que sucedeu exatamente no incêndio da Gardunha quando se abriram as bocas-de-incêndio rapidamente esvaziaram os depósitos de abastecimento de água pública na própria freguesia por isso, é preciso aqui combater dentro do equilíbrio aquilo que podem ser as respostas, mas o trabalho de identificação de todas as captações e todas as bocas de incendio no concelho do Fundão para selar e aquelas que não têm capacidade do ponto de vista operacional, está já a ser desenvolvido”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, para no seguimento da intervenção do Senhor Presidente dizer o seguinte: “em nenhum momento fiz referência entre litoral e interior como o Senhor Presidente fez. Em nenhum momento eu misturei o ensino regular com o ensino profissional, a única coisa que eu fiz foi limitar-me a dar os dados do concelho do Fundão, e não quis trazê-los para não tornar maçudo, fi-lo tendo em atenção os dados da nossa região, e nos dados da nossa região utilizei uma escola de referência com excelentes resultados, e fi-lo porque estamos a falar de uma escola que tem média de escolaridade do pai, 8º e 9º ano, e mãe 10º ano, eu poderia comparar por exemplo com o Teixoso que tem escolaridade de 8.15 e 9.58. Estamos a falar neste caso do Teixoso em que os alunos sem ação social o número é de 38%, em contrapartida na Serra da Gardunha é 58%, portanto estamos a falar da mesma região, e se os resultados aqui na Gardunha são excelentes e ainda bem, os do Teixoso também foram. No entanto a nível da retenção estamos a falar de 24% no 7º ano, estamos a falar de 10% no 8º e estamos a falar de 11% no 9º ano. São valores elevadíssimos e eu olho para a mesma escola que eu estou a utilizar do Teixoso, 10%, 3% e 0%, portanto há uma diferença, e à partida, os dados que nós temos, o Teixoso é uma escola que tem condições, à partida, piores. Era mais nesse sentido. Depois, pegando no público e no privado eu fui claro, pegando na história do ensino regular, não é profissional, eu perguntei se valeria a pena

defender o ensino privado nos moldes atuais, quando existe oferta pública de qualidade. Fui claro, não misturei nada, porque senão nós também podemos comparar os dados de Silvares com Alpedrinha. Se compararmos uma com a outra, o isolamento marca mais Silvares que Alpedrinha, e no entanto Silvares teve melhores resultados. Depois, relativamente à oferta que a autarquia podia ter ou não, eu reconheço, e por isso é que eu falei dos 12 aos 16 anos. Reconheço que há um trabalho excecional feito no ensino primário, não me compete a mim estar aqui a valorizar ou a perder tempo numa coisa que é bem-feita, compete-me a mim alertar para algumas situações e o resultado é bom e tenho que reconhecer. Reconheço por exemplo o trabalho das explicações no 1º ciclo, porque o conhecimento, é excelente, mas também sou obrigado a alertar, e pegando agora no exemplo dos 50 mil euros, é um projeto-piloto, só que acho estranho como é que nós apostamos num projeto-piloto de 50 mil euros, tudo bem que é com fundos comunitários, uma ideia que foi apresentada no orçamento participativo de 2017, essa proposta ganhou, já tem um investimento de 50 mil euros e vai ser implementado a nível nacional, com exceção às escolas que têm autonomia educativa. Portanto nós vamos estar aqui a financiar 50 mil euros uma proposta que já foi aprovada em 2017, ou seja, corremos o risco de aparecer aqui alguma figura iluminada que encontre uma ideia extraordinária que a venda como sua, é o que nós estamos aqui a falar. Estamos a falar de um projeto de 2017 que a autarquia pega nessa ideia, vai financiar uma ideia que já alguém apresentou antes, até lhe digo a pessoa que apresentou, Ana Bento, 22 anos de Abrantes, portanto só estou a dar aqui um alerta que até vai ao encontro do que o Secretário de Estado da Energia diz sobre os investimentos que nós fazemos, seja no litoral ou interior, temos que ter a plena consciência do que é que estamos a fazer, e se é feita aqui uma aposta, ela tem que ser valorizada, porque estamos a falar de dinheiros públicos e serviço público, estamos a falar em gastar 100 mil euros quando podíamos gastar 50 mil”.

Usou da palavra o Senhor Presidente, para referir o seguinte: “Faz-me um pouco de espécie, mas deve ser um caso excecional que a escola do Teixoso tenha retenção zero no 9º ano, deve ser um caso extraordinário a nível nacional, e volto a dizer, cuidado com o que estamos a comparar, se estamos efetivamente a comparar valores médios com valores de anos específicos porque de facto a retenção é zero. Parabéns porque é de facto algo absolutamente excecional que acontece e ainda bem que acontece, porque isto é mesmo muito bom e também é preciso às vezes ver as dimensões das escolas que têm muito poucos alunos e isso pode adulterar completamente aquilo que é caso de realçar. Relativamente à parte público-privada volto a dizer, se na componente dos tempos livres ou campos de férias, se a fronteira que nos distingue é a parte

público-privada, claramente estamos em desacordo. Foi isso que eu estive a referenciar grande parte da intervenção porque não percebi se essa era a questão, porque na área da educação, de facto deu um exemplo concreto, no caso do nosso concelho só há uma oferta desse tipo e eu alertei para ter cuidado porque na componente da dupla certificação, ou seja, até à escolaridade obrigatória, nós temos outra oferta de natureza privada, que é a Escola Profissional, e alertei-o na linha de raciocínio que estava a seguir, por causa das notas. Volto a dizer, por causa das notas, que devemos reforçar a escola pública”.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 19 de fevereiro de 2019, e que se transcreve:

“O Município do Fundão integra o programa de ação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE iNature – turismo sustentável em áreas classificadas, que visa a valorização do produto Turismo de Natureza de forma transversal ao território das áreas classificadas da Região Centro, numa filosofia de agregação e cooperação necessária à afirmação da sua atratividade; O selo iNature é uma marca qualificadora que representa uma vantagem competitiva do território, pela articulação entre agentes na dinamização da oferta temática, no reforço da capacidade de atração e na organização de ações transversais com reforçado potencial de sucesso e territorialmente, congrega as principais áreas classificadas da Região Centro:

1. Parque Natural da Serra da Estrela
2. Paisagem Protegida da Serra do Açor
3. Reserva Natural da Serra da Malcata
4. Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha
5. Geoparque Naturtejo
6. Parque Natural Local Vouga-Caramulo
7. ZPE Sicó/Alvaiázere
8. Parque Natural da Serra D’Aire e Candeeiros
9. Mata do Bussaco
10. ZPE Vale do Coa e Reserva da Faia Brava
11. Serra da Lousã
12. Paisagem Protegida da Serra de Montejunto;

O Município do Fundão integrou no âmbito do programa de ação 2016-2018, o projeto âncora de Animação, que constitui um calendário integrado de animação para a valorização e dinamização do património natural, e onde integra as ações **“Festival dos Trilhos da Gardunha”**, **“Gardunha Bike Mountain: A Melhor Serra para BTT em Portugal”** e **“Agricultura na Imagem / Imagem na Agricultura”**; Em parceria com a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, o Município do Fundão integrou a ação **Grande Rota da Transumância**, consistindo de um calendário de animação centrado na pastorícia e da transumância e onde veio a enquadrar a realização de eventos temáticos como a Feira do Queijo da Soalheira e Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância; O programa de ação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE iNature contempla projetos âncora de natureza transversal cujos efeitos positivos pretendem ser alargados à totalidade do território de intervenção, na dinamização abrangente das vertentes de comunicação e marketing, inovação e estruturas de animação permanente, na convergência dos interesses comuns dos diversos agentes da região; No quadro dos projetos transversais, o Fundão registou investimento direto no território de influência da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha, nos domínios da inovação e da comunicação e marketing; A integração do Município do Fundão no referido programa de ação permitiu concretizar em 2017 e 2018 um investimento direto no território da Serra da Gardunha de 310.788,47 €, centrado na valorização turística do potencial que esta Paisagem continua a apresentar; Se encontra em curso no presente momento a elaboração do Programa de Ação para o triénio 2019-2021, numa nova candidatura que reforça o foco temático na valorização do Turismo de Natureza, produto que a oferta da Serra da Gardunha contribui decisivamente para estruturar no contexto regional e nacional; **Proponho, nos termos do disposto no artigo 32.º e na alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 31 de agosto, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar o teor da minuta de Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, a qual segue em anexo à presente proposta e dela faz parte integrante. O pagamento da referida participação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21)

Não votou nem participou na discussão deste assunto, o Senhor Presidente por estar impedido nos termos da lei.

Aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Orca

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 18 de fevereiro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia da Orca solicitou a atribuição de apoio financeiro, destinado a compartilhar parte das despesas efetuadas, no âmbito do Programa PDR 2020 – medida: proteção e reabilitação de povoamentos florestais; intervenção: melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; Considerando a importância indiscutível desta intervenção. **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos do artigo 3.º alínea b) e 13.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar as minutas dos contratos-programa que seguem em anexo à presente proposta e que dela ficam a fazer parte integrante, atribuindo dois apoios no montante de € 3.600,00 e € 4.600,00, nos termos dos processos em anexo à presente proposta.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia da Orca)

Relativamente a esta proposta, a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento disse que “aquando da análise deste ponto em concreto, verificamos que estes documentos que vieram aqui instruir esta proposta, também já tinham sido propostos a 5 de julho de 2018 também pela freguesia da Orca. Aliás, o requerimento da proposta de 5 de julho de 2018 vem exatamente com a mesma data, que este vem aqui, nesta data em 2019. Sem prejuízo de nós entendermos da necessidade que as freguesias têm em ser auxiliadas naquilo que são as suas competências, e nesta questão em particular das limpezas que aqui estão em causa, portanto, medida de proteção e reabilitação de povoamentos florestais, melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas, é um deles, o outro visa exatamente nos mesmos termos do programa PDR 2020 é o mesmo, a nossa questão é a seguinte e é muito clara. Nós somos confrontados ao longo do mandato com vários

contratos-programa por parte das freguesias, nós sabemos das dificuldades das freguesias, sabemos, e curiosamente eles dizem que têm esperança em relação àquilo que é a postura do município perante as necessidades imperiosas das freguesias, mas somos confrontados com os contratos-programa. Por diversas vezes temos vindo a alertar, que era interessante para os Vereadores do Partido Socialista termos consciência de quais são as necessidades e as prioridades das freguesias, para que não nos surjam tantas dúvidas aquando da leitura da documentação, porque eu tive necessidade de ir ver se a freguesia da Orca está a fazer um pedido usando os mesmos documentos que tinha instruído o contrato-programa apresentado a 5 de julho de 2018, porque as datas eram muito próximas e porque os valores são muito próximos. Se a freguesia da Orca tem necessidade e tem quatro candidaturas, porque é que em 2018 não se disponibilizou a verba para as quatro candidaturas e só se disponibilizou para duas. Esta gestão quase a conta-gotas para as freguesias, é, no nosso entendimento, limitador do exercício das suas funções, e portanto entendemos que seria adequado que ao invés dos 3 mil em 2018, seria 6.600, e em relação à outra, em vez de 4,600 seria 9 mil para fazermos o cômputo total daquilo que era a participação do município. Seria muito mais interessante e muito mais benéfico e muito bem gerido o dinheiro entregue a essa freguesia, e portanto, neste âmbito, e para que não estejamos muitas vezes à volta daquilo que é a forma como é transferido os valores para as freguesias, a nossa proposta, Senhor Presidente é a seguinte: É solicitar ao Senhor Presidente que chame os presidentes de junta, para que juntamente com os Vereadores e restante executivo, nos digam claramente, porque nós sabemos que eles têm a certeza de quais são as suas prioridades, para nós também sabermos quais são as prioridades deles para estarmos claramente informados e para não termos dúvidas em relação aos contratos-programa que temos aqui. É um desafio que lhe faço, juntar os Presidentes de Junta connosco para percebermos, mas se tiver a lista das prioridades abertamente discutiremos quais são as prioridades para as freguesias”.

O Senhor Presidente disse que o importante é respeitar-se a autonomia das freguesias relativamente às suas prioridades de investimento definidas nos seus orçamentos, e que coloca muitas vezes ao município desafios quando consegue desmultiplicar o seu orçamento. “Há qui uma questão importante, nós estamos a falar de financiamentos comunitários, estamos a falar de candidaturas, e há freguesias que conseguem candidaturas aprovadas, há outras que provavelmente podem ter mais dificuldade em ter a sua aprovação, mas há um princípio que nós definimos, que é, quando há candidaturas aprovadas nós procuramos ajudar sempre na componente do autofinanciamento porque, como devem calcular, a limpeza das ribeiras é muito

relevante e que possa ter cofinanciamentos associados pelo tipo de trabalho a executar. Estamos a falar sobretudo de 4 candidaturas diferentes, foram duas candidaturas que no ano passado nós analisamos e consideramos que pela maturidade, e pelo nível de execução, falamos com a junta de freguesia dando conta de que para o ano 2018 nós tínhamos de facto essa componente da aprovação da parte do apoio ao autofinanciamento para duas delas, e no ano de 2019 voltámos a avaliar este processo relativamente às outras duas, sempre em convergência com a própria junta de freguesia. Vieram todas as 4 candidaturas na mesma altura e o município considerou que só deveria avançar primeiro com duas, e depois mais tarde com as outras duas. Mas que fique claro, que estamos a falar de candidaturas diferentes no mesmo programa, são 4 candidaturas distintas que obviamente têm que ter um tratamento também distinto”.

Prosseguindo, e sobre a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores, disse que o município já realiza muitas reuniões com as juntas de freguesia, quer individuais, quer também reuniões coletivas, nomeadamente aquando da preparação dos orçamentos onde são colocadas várias questões sobre as suas prioridades, e que de uma forma geral têm decorrido com bastante naturalidade e com muita convergência, e que mesmo na autonomia financeira é o município que mantém uma postura muito descentralizada porque tem um programa “muito forte que tem a ver com a delegação de competência, que é permanente e depois procuramos na componente mais conectada com o investimento avaliar o que nos é colocado. Temos um princípio, a que temos sido muito fiéis a ele durante muitos anos, que é, sempre que as freguesias conseguem captação de recursos endógenos o município acompanha o próprio investimento de forma a poder ajudar a que ele seja viável, sem por um causa aquilo que é a parte dos financiamentos comunitários. Vemos o objeto do investimento, e procuramos soluções sempre em parceria, e de uma forma geral tem decorrido bem, e seguramente deste ponto de vista, iremos dar continuidade”.

Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 18 de fevereiro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha solicitou a atribuição de um subsídio, destinado a apoiar a aquisição de um Miniautocarro de 17 lugares para transporte das crianças da Creche e Jardim de Infância desta Instituição. Considerando que estas crianças deverão ser transportadas da forma mais segura possível; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da

alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha no valor de € 2.500.00.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha)

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Disse que são a favor do apoio às instituições que prestam um serviço, “que no fundo, não deixa de ser um serviço público”, e levantou a seguinte questão: “ Nós estamos a dar 2500 euros sem qualquer obrigação da outra parte, por acaso é esta instituição, mas podia ser outra qualquer, e ao mesmo tempo deparamo-nos com uma dificuldade ao nível dos transportes do movimento associativo. A nossa sugestão para situações futuras, passaria pelo seguinte: Poderemos atribuir um valor, mas com uma obrigação para a parte beneficiada. Essa obrigação podia ser em quilómetros ou pode ser número de viagens. Pegando no exemplo, se recebe 2500 euros, fazíamos um cálculo relativamente ao número de quilómetros e podíamos solicitar o transporte desta instituição e podíamos disponibilizá-lo para outras instituições aqui na zona, e quem tem que beneficiar, beneficiária do apoio, e estaríamos a auxiliar outro tipo de coletividades. Depois outra questão que nós levantamos. Estamos a demorar 8 meses só para dar resposta. Este pedido vem do início de junho, eu acho que quem vive do movimento associativo e com enormes dificuldades, oito meses é muito tempo, e se juntarmos a esses oito meses o tempo que demorará a chegar o dinheiro à conta desta instituição, se calhar a situação agrava-se, porque já não é a primeira vez que apoios deste género atribuídos a algumas coletividades tardam em chegar, as entidades fazem os seus orçamentos a contar com aqueles valores, e também têm dificuldades depois a pagar aos funcionários e fornecedores”.

Usou da palavra o Senhor Presidente.

Lembrou a questão dos protocolos celebrados entre o município e diversas entidades sobre a cedência de viaturas sempre que seja necessário e que não estejam a ser utilizadas, e que neste caso o município cofinancia a aquisição da viatura, e que a sua missão e objeto enquadra-se no serviço público perante as valências sociais que tem de apoio à infância nas suas diferentes idades e também no apoio à parte sénior. Disse que para além da sua utilização permanente, o município ainda pode exigir a partilhar da mesma com outras associações, havendo deste modo uma cooperação que se traduz na resolução de problemas desta natureza.

Relativamente à questão dos prazos de resposta aos pedidos efetuados pelas diversas entidades, o Senhor Presidente disse que era natural que houvesse “alguma distância entre o pedido e a decisão, até porque os pedidos também são muitos, e é preciso muitas das vezes priorizar”. Disse ainda que muitas vezes o município ajusta com as próprias entidades a decisão dos pedidos de apoios, uma vez que são questões que têm a ver com a gestão corrente e financeira do município. Disse que “aqui a questão importante é falar e concertar sempre com as entidades, temos reuniões permanentes e vamos gerindo os dossiês que temos com cada entidade”.

Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2018/2019

Foi apresentada à Câmara uma informação do Serviço de Educação, datada de 14 de fevereiro de 2019, dando conta que no âmbito das medidas de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017/2018, dando conta, que por lapso dos serviços não foi considerado um pedido de fichas de trabalho, pelo que propõem a atribuição do respetivo valor ao encarregado de educação, no montante de € 28,19.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o proposto e proceder em conformidade. (Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2018/2019)

Aprovação das normas de participação do Concurso “Tradições da Beira Interior na Moda – Renda das Lérias

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dr.^a Alcina Cerdeira, datada de 6 de fevereiro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que decorrerá nos dias 5,6 e 7 de Julho de 2019, a Feira das Lérias, na União de Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo; Considerando a importância de sensibilizar os *designers* e o público em geral para manter as tradições regionais e artísticas, como seja a RENDAS DAS LÉRIAS e aplicá-las ao desenvolvimento de novos produtos; Considerando que a apresentação dos trabalhos dos jovens da área do *design* de moda ao consumidor e profissionais da fileira da moda, desafia o sector a um aumento da incorporação das tradições artísticas e artesanais nos produtos de moda; Considerando a importância em envolver as populações com a tradição na criação das rendas das lérias e os jovens oriundos das Universidades e Politécnicos da Beira Interior, ou outras instituições, com cursos na área do design de moda, aplicando os novos conceitos da atualidade do design, como o design para a Inovação Social de Ezio Manzini (2015), **Proponho face aos fatos e com os fundamentos**

que se deixam acima expostos, e de acordo com o previsto na alínea ff) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar, nos termos em que estão elaboradas, as normas de participação do Concurso Tradições da Beira Interior na Moda – Renda das Lérias, ora juntas em anexo à presente proposta e que dela passam a fazer parte integrante (Doc. n.º 1).”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das normas de participação do Concurso “Tradições da Beira Interior na Moda – Renda das Lérias)

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 61/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Pombal, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 61/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 62/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Portelinha, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 62/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 63/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Linhares, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 63/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 64/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Salão, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 64/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 65/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Quintal, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 65/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 66/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Quelhas das Vinhas, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 66/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 67/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Ladeira, Escarigo, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 67/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 68/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Chão do Prado, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 68/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 69/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Vais, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 69/19)

Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 70/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Vale de Casal, Três Povos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ângela Maria Mendes Almeida Pinto Silvestre – compropriedade – parecer n.º 70/19)

Ricardo Luís Gomes Pereira – construção de moradia unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de moradia unifamiliar, em Carril ou Vale Ovelheiro – Lote 4, Silvares.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 5, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ricardo Luís Gomes Pereira – construção de moradia unifamiliar)

Helena Maria Amaral de Brito – legalização de obras em edificação agrícola e casa para eletrobomba

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de obras em edificação agrícola e casa para eletrobomba, em Rouco, Mata da Rainha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Helena Maria Amaral de Brito – legalização de obras em edificação agrícola e casa para eletrobomba)

Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar, na Rua do Saco, n.º 4, Lavacolhos.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 6, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar)

João Salgueiro Pereira – alteração de edifício destinado a habitação coletiva, comércio ou serviços

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de edifício destinado a habitação coletiva, comércio ou serviços, na Rua da Cale, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João Salgueiro Pereira – alteração de edifício destinado a habitação coletiva, comércio ou serviços)

Manuel Frade Lopes – legalização de arrumos

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de arrumos, no Largo da Vila Pouca, Fatela.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 e 2 do n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Manuel Frade Lopes – legalização de arrumos)

VODAFONE Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. – passagem de cabos em infraestruturas subterrâneas pré-existentes

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à passagem de cabos em infraestruturas subterrâneas pré-existentes, na Avenida da Liberdade e Rua dos Três Lagares, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (VODAFONE Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. – passagem de cabos em infraestruturas subterrâneas pré-existentes)

Paulo Jorge Gil Castanheira – construção de muro de vedação

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de muro de vedação, no Sítio da Ladeira, Fatela.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 8 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Paulo Jorge Gil Castanheira – construção de muro de vedação)

Herdeiros da herança indivisa de Emília Afonso Botão – vistoria prévia a edifício em estado de degradação

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a um edifício em estado de degradação, na Rua dos Olivais, n.º 14-A, Vale de Prazeres.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Que em Sede de Reunião de Câmara seja deliberado: determinar a execução das obras de intervenção propostas no Auto de Vistoria; 2 – Que se notifiquem – nos termos legais do CPA – os titulares da herança indivisa e reclamante, da decisão desta Câmara.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Herdeiros da herança indivisa de Emília Afonso Botão – vistoria prévia a edifício em estado de degradação)

João António de Sousa Pires Barroqueiro – edifício em mau estado de conservação

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a um edifício em mau estado de conservação, na Rua do Cimo do Lugar, n.º 5, Silvares.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Que em Sede de Reunião de Câmara seja deliberado: determinar o arquivamento do processo em referência; 2 – Que se notifique – nos termos legais do CPA – o proprietário e reclamante, da decisão desta Câmara.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João António de Sousa Pires Barroqueiro – edifício em mau estado de conservação)

5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 18 de fevereiro de 2019, e que se transcreve:

“A 5.ª alteração que se propõe efetuar ao Plano Diretor Municipal do Fundão, [RCM n.º 82/2000, DR 157, I-B, 10.07.2000; 1.ª Alteração: Declaração n.º 331/2001 DR 259, II-S, 8.11.2001; 2.ª Alteração: Declaração 9/2003, DR 10, II-S, 13.01.2003; 3.ª Alteração: Aviso 162/2008, DR 2, II-S, 3.01.2008; 4.ª Alteração: Declaração 69/2017, DR 161, II-S, 22.08.2017], encontra-se sustentada ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, designadamente as disposições do artigo 12.º, conjugado com dinâmica prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, designadamente as disposições dos artigos 118.º e 119.º, e surge no sentido de contemplar a regularização de Atividades Económicas que se encontrem em desconformidade com este instrumento de gestão territorial, promovendo

a criação de um contexto favorável ao investimento. Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do RJIGT, o plano diretor municipal é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e estão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal, sendo por isso necessário promover a sua alteração de forma a viabilizar a regularização dos estabelecimentos em causa. **Considerando que:** 1. O Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho estabelece, com carácter extraordinário: a) A regularização de estabelecimentos e explorações à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; b) A regularização da alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. 2. A regularização das atividades económicas previstas na alínea a), do número anterior, pode incluir a alteração e ampliação do estabelecimento ou da instalação, quando tal se mostre necessário para o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis; 3. No âmbito do RERAE, foram apresentados onze pedidos de regularização, dos quais oito estão devidamente instruídos, conforme determina o artigo 5.º do RERAE, com as correspondentes deliberações fundamentadas de reconhecimento do interesse municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitidas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e que foram objeto de conferência decisória com decisão favorável condicionada, nos termos do artigo 9.º, 10.º e 11.º do mesmo diploma; 4. No caso de deliberação favorável ou favorável condicionada que tenha por pressuposto a desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, a entidade competente deve promover a alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial em causa, em conformidade com o determinado no n.º 1 do artigo 12.º do RERAE; 5. Os planos territoriais podem ser objeto de alteração, nos termos do n.º 1 do artigo 115.º do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio; 6. Dando sequência ao

procedimento previsto no REARE, nos termos do artigo 12.º, a Câmara Municipal deverá dar início ao procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal do Fundão; 7. As alterações propostas ao PDM não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, dada a utilização de pequenas áreas a nível local e pequenas alterações aos planos, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 5 de maio, não se justificando a necessidade de proceder à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), conforme resulta do disposto nos n.º 2 e 4 do artigo 12.º do RERAE; 8. De acordo com o n.º 2 do artigo 12.º do RERAE, a alteração, revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial está sujeita às regras de aprovação, publicação e depósito fixadas no RJIGT em vigor, “não sendo aplicável os demais trâmites previstos neste regime”; 9. De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do RERAE, a alteração, revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 (quinze) dias. **Face ao exposto, deixo à consideração superior que a Câmara Municipal delibere o seguinte:** 1. Proceder à 5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão por adequação nos termos do artigo 12.º do RERAE, conjugado com a dinâmica prevista nos n.ºs 118.º e 119.º do RJIGT; 2. Aprovar a “Definição de Oportunidade e Termos de Referência” em anexo (Anexo II); 3. Determinar um prazo de 80 (oitenta) dias para a concretização da proposta de alteração, sem prejuízo da sua prorrogação, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido; 4. Aprovar a dispensa do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 5 de maio, nos termos do n.º 2 e n.º 4 do artigo 12.º do RERAE, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; 5. Mandar publicar esta deliberação na 2.ª Série do Diário da República, e proceder à sua divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da Câmara Municipal do Fundão, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º, ambos do RJIGT, em articulação com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do RERAE, com as devidas adaptações; 6. Fixar o prazo para a discussão pública de 15 (quinze) dias úteis e proceder à respetiva publicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do RERAE conjugado com a alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT, a anunciar com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, através de aviso a publicar na 2.ª Série do Diário da República e a divulgar através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do mesmo regime jurídico; **Anexos: Anexo I -**

Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal do Fundão; **Anexo II – 5.^a Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão – Definição de Oportunidade e Termos de Referência.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o proposto e remeter à Divisão de Gestão Urbanística para proceder em conformidade. (5.^a Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão)

Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – Relatório de Ponderação do Período de Participação Preventiva

No seguimento da deliberação tomada em 26 de outubro de 2018, foi apresentado à Câmara, pela Divisão de Gestão Urbanística o Relatório de Ponderação do Período de Participação Preventiva das alterações ao Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão, após publicação em Diário da República, e que de uma forma sucinta reúne todas as tramitações no período de participação pública, com o registo das participações recebidas no prazo legalmente previsto e da forma que deverão ser consideradas na alteração do plano.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, remeter o processo à Divisão de Gestão Urbanística para os devidos procedimentos legais. (Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – Relatório de Ponderação do Período de Participação Preventiva)

5 – INFORMAÇÕES

Declaração Conjunta – Conselho para as Migrações – 70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 Anos da Ratificação de Portugal da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, por ocasião do dia 18 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas Migrantes

A Câmara Municipal tomou conhecimento da declaração conjunta aprovada na reunião plenária do dia 3 de dezembro de 2018 do Conselho para as Migrações.

Assembleia Municipal do Fundão – Criação de Grupo de Trabalho Sobre a Serra de Argemela

A Câmara Municipal tomou conhecimento da constituição de um Grupo de Trabalho Sobre a Serra de Argemela, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal do Fundão, realizada no dia 1 de fevereiro de 2019.

Balancete do dia 19 de fevereiro de 2019

Total de Disponibilidades -----1.760.309,52€

Total de Movimentos de Tesouraria -----1.870.519,88€

Operações Orçamentais -----1.526.798,57€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 19 de fevereiro de 2019.

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente _____

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças _____